

COMPRAS PÚBLICAS: INSTRUMENTO PARA INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PUBLIC PROCUREMENT: AN INSTRUMENT TO ENCOURAGE SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Carolina Amorim Coutinho

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS

carolina.coutinho@uems.br

Luciana Virginia Mario Bernardo

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

lucianavbernardo@ufgd.edu.br

Submissão: 29/08/2025

Aprovação: 26/01/2026

RESUMO

As compras públicas têm um papel estratégico no alcance do desenvolvimento sustentável, especialmente quando alinhadas à meta 12.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Este artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de analisar como as práticas de compras públicas podem contribuir para a sustentabilidade econômica, social e ambiental. A pesquisa foi realizada nas bases *Web of Science* e *Scopus*, resultando em uma análise aprofundada de 169 estudos. Os resultados destacam o potencial das compras públicas como ferramenta para transformar mercados e promover inclusão social, inovação e responsabilidade ambiental. Contudo, o estudo também revela desafios significativos, como a necessidade de capacitação, inovação nas políticas públicas e superação de barreiras culturais e institucionais. Este trabalho busca contribuir com a implementação e aprimoramento de práticas de compras sustentáveis, reforçando seu papel na promoção de um futuro sustentável.

Palavras-chave: Políticas Públicas Sustentáveis. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030. Compras Públicas Verdes.

ABSTRACT

Public procurement plays a strategic role in achieving sustainable development, especially when aligned with the United Nations Sustainable Development Goal 12.7. This article presents a systematic literature review aimed at analyzing how public procurement practices can contribute to economic, social, and environmental sustainability. The research was conducted in the *Web of Science* e *Scopus* databases, resulting in an in-depth analysis of 169 studies. The findings highlight the potential of public procurement as a tool to transform markets and promote social inclusion, innovation, and environmental responsibility. However, the study also reveals significant challenges, such as the need for capacity building, innovation in public policies, and overcoming cultural and institutional barriers. This work seeks to contribute to the



ISSN 1984-6606

implementation and improvement of sustainable procurement practices, reinforcing their role in promoting a sustainable future.

Keywords: Sustainable Public Policies. Sustainable Development Goals. Agenda 2030. Green Public Procurement.

1. INTRODUÇÃO

As compras públicas desempenham um papel significativo na economia, representando uma parcela considerável do Produto Interno Bruto (PIB) em vários países (Qazi; Appolloni, 2022). No Brasil, elas correspondem a cerca de 15% do PIB nacional e podem atingir até 20%, especialmente em países onde o governo atua de forma mais intensa na economia (Delmonico *et al.*, 2018; IPEA, 2019).

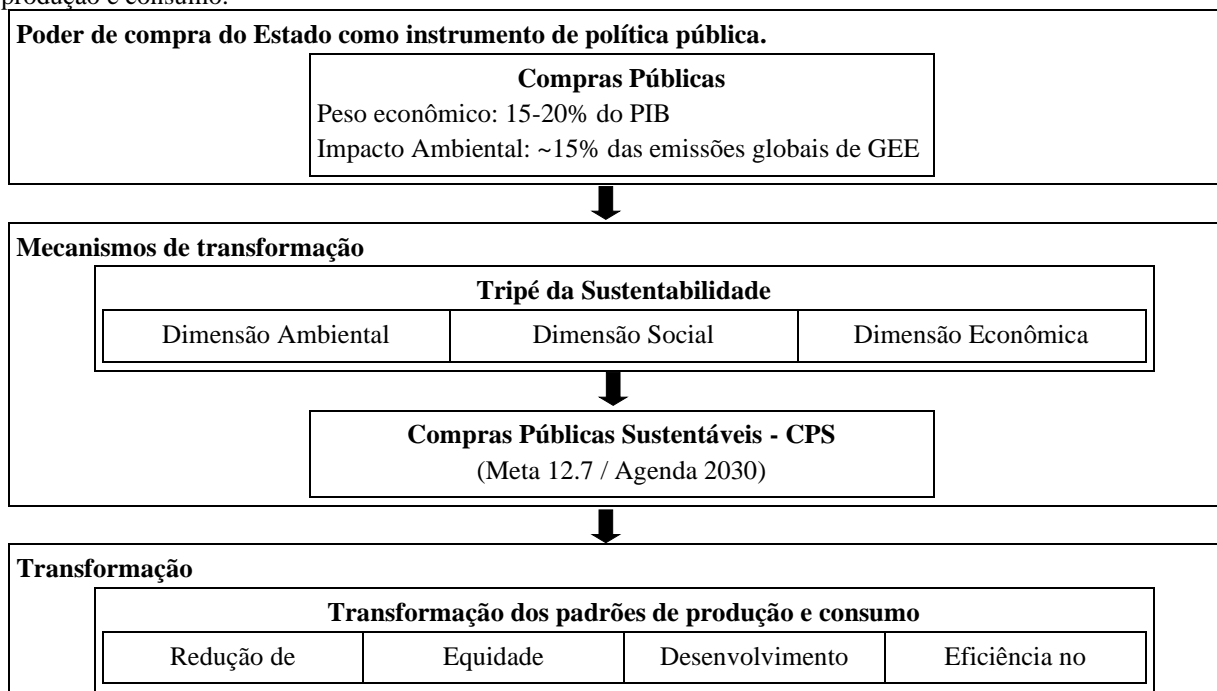
Em razão do volume expressivo de recursos movimentados, as compras públicas exercem influência direta sobre cadeias produtivas e padrões de consumo (Qazi; Appolloni, 2022; Bucea-Manea-Tonis *et al.*, 2021; Nemeč; Štefko; Kubák, 2022). Além disso, são responsáveis por aproximadamente 15% das emissões globais de gases de efeito estufa (Hildebrandt; Brende; Sicars, 2022).

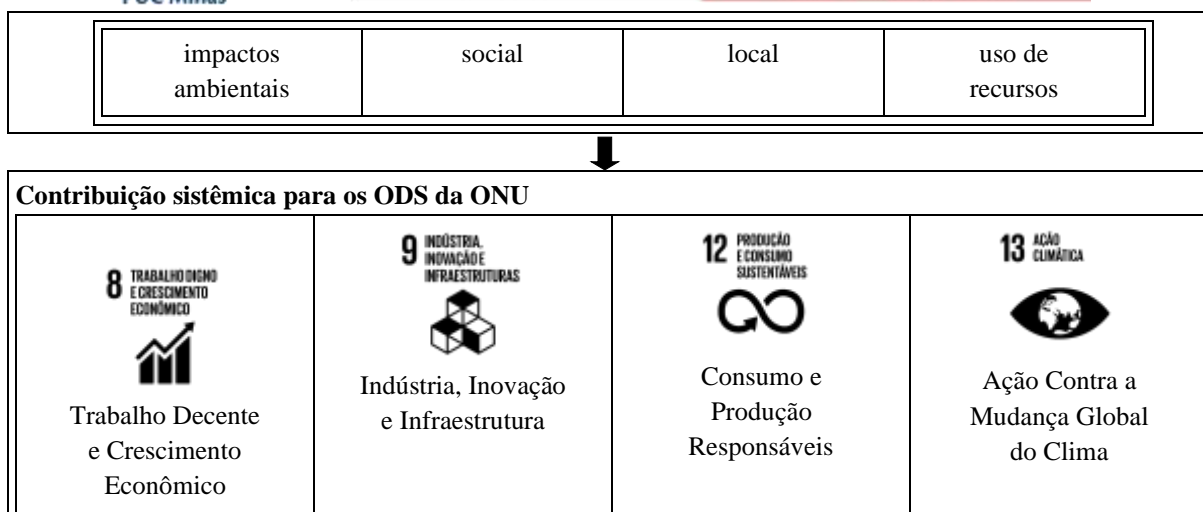
Nesse sentido, conforme Cheng *et al.* (2018), o setor público pode direcionar o mercado ao adotar práticas de compras ambientais, criando políticas adequadas e impulsionando mercados “verdes” por meio de aquisições de grande porte.

Ao direcionar a demanda governamental para bens, serviços e obras que incorporam critérios ambientais, sociais e econômicos, as compras públicas tornam-se instrumento de indução de mudanças nos padrões de produção e consumo, fortalecendo mercados mais verdes e promovendo cadeias produtivas inclusivas (Figura 1).-Dessa forma, contribui para a redução de impactos ambientais, a promoção da equidade social, o desenvolvimento local e a institucionalização de práticas sustentáveis no setor público (Behravesch *et al.*, 2022; Ortega Carrasco *et al.*, 2025; Bucea-Manea-Tonis *et al.*, 2021).

Ao adotar essa abordagem, o Estado amplia sua atuação para além da mera eficiência econômica, atuando como indutor do desenvolvimento sustentável, estimulando a inovação, a inclusão social e a eficiência no uso de recursos, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Behravesch *et al.*, 2022; Bucea-Manea-Tonis *et al.*, 2021; Qazi; Appolloni, 2022).

Figura 1: Modelo conceitual do papel das compras públicas sustentáveis na transformação dos padrões de produção e consumo.





Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

Apesar do reconhecimento do papel estratégico das compras públicas para o desenvolvimento sustentável, a literatura indica que sua integração aos objetivos de sustentabilidade ainda enfrenta desafios relevantes. Persistem entraves como a predominância do critério do menor preço, a falta de padronização e clareza dos critérios sustentáveis e a limitação de capacitação técnica e engajamento dos atores envolvidos. Esses obstáculos, presentes em diferentes contextos, indicam que a consolidação das compras públicas como instrumento efetivo para o alcance dos ODS exige avanços institucionais, culturais e organizacionais (Rosell, 2023; Lopes; Caldeira-Pires, 2023; Orfanidou et al., 2024).

É nesse contexto que o presente artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa, o estado da arte das pesquisas sobre compras públicas sustentáveis, destacando seu papel como instrumento estratégico para a promoção do desenvolvimento sustentável. Busca-se identificar avanços, desafios e tendências presentes na literatura científica, com ênfase na articulação das compras públicas aos ODS, evidenciando como tais práticas podem contribuir para a transformação de padrões de produção e consumo, a inovação institucional e o fortalecimento de políticas públicas orientadas à sustentabilidade.

A pesquisa sobre compras públicas sustentáveis contribui para o avanço do conhecimento sobre o papel do setor público no desenvolvimento sustentável. Ao analisar desafios e tendências na incorporação de critérios ambientais, sociais e econômicos nas aquisições governamentais, o estudo oferece subsídios para políticas públicas mais eficazes, fortalecendo a governança e promovendo padrões mais sustentáveis de produção e consumo (Behraves et al., 2022; Rosell, 2023; Dos Santos; Reis, 2024).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 da ONU

O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme tratado por Kowalska e Bieniek (2022), está intrinsecamente relacionado à constatação de que o crescimento econômico é, por sua natureza, insustentável. Diversas pesquisas demonstram que a atividade humana, particularmente relacionada ao crescimento acelerado da produção e do consumo, está degradando o meio ambiente, evidenciando que o ritmo intensificado das atividades produtivas humanas resulta em degradação ambiental (Sandberg et al., 2019; Steffen, 2015).

O início das discussões sobre desenvolvimento sustentável remonta a um contexto de intensa reflexão internacional diante dos impactos negativos do desenvolvimento econômico

tradicional sobre sistemas naturais e sociais. Após décadas de alertas e debates, especialmente a partir dos anos 1970, organizações multilaterais e pesquisadores passaram a reconhecer que a prosperidade material alcançada por meio do crescimento acelerado da produção e do consumo comprometia a capacidade dos ecossistemas de sustentar as bases da vida humana (Ciegis; Gineitiene, 2008; Holden et. al., 2024).

Nesse contexto, o relatório *Our Common Future* (1987), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável ao colocá-lo no centro da agenda internacional. Conhecido como Relatório *Brundtland*, o documento tornou-se referência ao articular proteção ambiental, justiça social e os limites ecológicos como condição para o bem-estar das gerações presentes e futuras (Holden et al., 2024).

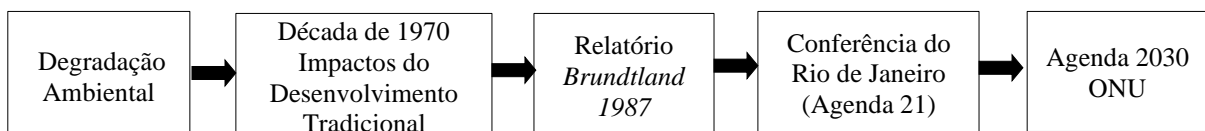
Após a divulgação do Relatório *Brundtland*, o conceito de sustentabilidade evoluiu ao incorporar, além das dimensões ambiental e econômica, a dimensão social e, posteriormente, o aspecto político-institucional. A agenda internacional passou a enfatizar a aplicação prática do desenvolvimento sustentável em diferentes escalas, culminando na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, que resultou na Agenda 21 e destacou a importância de ações integradas e da participação das comunidades locais (Ciegis; Gineitiene, 2008).

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU), lançou a Agenda 2030 (Figura 2), que estabeleceu um marco político e operacional global para o desenvolvimento sustentável ao definir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam equilibrar crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental até 2030 (Holden et al., 2024).

Entre esses objetivos, a ODS 12 destaca-se por abordar a necessidade de garantir padrões sustentáveis de consumo e produção, reconhecendo o papel central do setor público e privado na promoção de práticas responsáveis ao longo da cadeia de valor. Especificamente, a meta 12.7 prevê “promover práticas de compras públicas sustentáveis, em conformidade com as políticas e prioridades nacionais”, reconhecendo que o poder de compra do Estado pode induzir mudanças significativas tanto no mercado quanto na cultura institucional, impulsionando a inovação, a circularidade e a eficiência no uso de recursos (Gamboa-Castro; Salazar-Rojas, 2021; Behravesch et al., 2022).

Essa diretriz é ecoada por estudos que apontam as compras públicas como instrumento estratégico para o avanço da sustentabilidade ambiental, econômica e social, alinhando as exigências legais nacionais e internacionais aos compromissos globais estabelecidos pela Agenda 2030 (Bucea-Manea-Tonis et al., 2021).

Figura 2: Síntese das discussões sobre Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

2.2 Critérios de Sustentabilidade nas Compras Públicas

A literatura científica tem aprofundado a abordagem dos critérios de sustentabilidade nas compras públicas, refletindo diferentes terminologias e enfoques conceituais (Figura 3). Os termos Compras Públicas Sustentáveis (CPS), Compras Públicas Verdes (CPV) e Contratações Públicas Ecológicas (CPE) são frequentemente utilizados, com variações de abrangência, mas convergem ao reconhecer esses instrumentos como essenciais para a incorporação de critérios ambientais, sociais e econômicos nos processos licitatórios (Gonçalves et al., 2022).

Figura 3: Abordagens dos critérios de sustentabilidade em compras públicas.



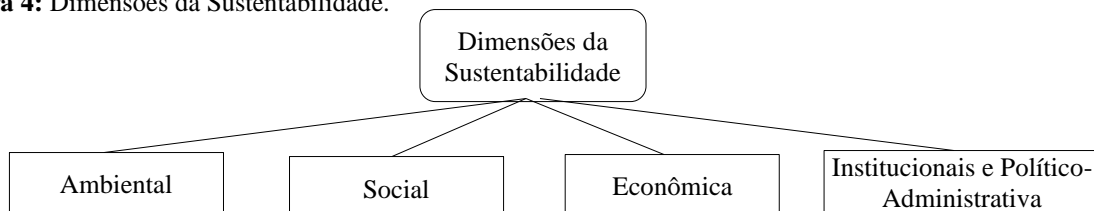
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

A fundamentação dos critérios de sustentabilidade nas compras públicas envolve três dimensões principais: ambiental, econômica e social. A dimensão ambiental prioriza a seleção de bens, serviços e obras com menor impacto ao longo do ciclo de vida, considerando eficiência energética, redução de resíduos e uso de insumos renováveis. A dimensão econômica enfatiza a eficiência e o melhor custo-benefício no longo prazo, incorporando inovação e geração de valor social. Já a dimensão social busca promover inclusão, condições dignas de trabalho, respeito aos direitos humanos e desenvolvimento local, ampliando os benefícios gerados pelas compras públicas sustentáveis (Gamboa-Castro; Salazar-Rojas, 2021; Gonçalves et al., 2022; Bucea-Manea-Tonis et al., 2021).

Além das dimensões ambiental, social e econômica, a literatura destaca critérios institucionais e político-administrativos, relacionados à governança, transparência, participação social e capacidade de implementação das políticas sustentáveis, conforme sintetizado na Figura 4. Esses aspectos são essenciais para garantir a efetividade e a legitimidade das estratégias de sustentabilidade nas compras públicas, ao promover integração institucional e corresponsabilidade entre os atores envolvidos (Ciegis; Gineitiene, 2008).

A adoção dessa abordagem multidimensional evidencia a complexidade das aquisições públicas e a necessidade de estratégias integradas para alcançar resultados sustentáveis duradouros.

Figura 4: Dimensões da Sustentabilidade.



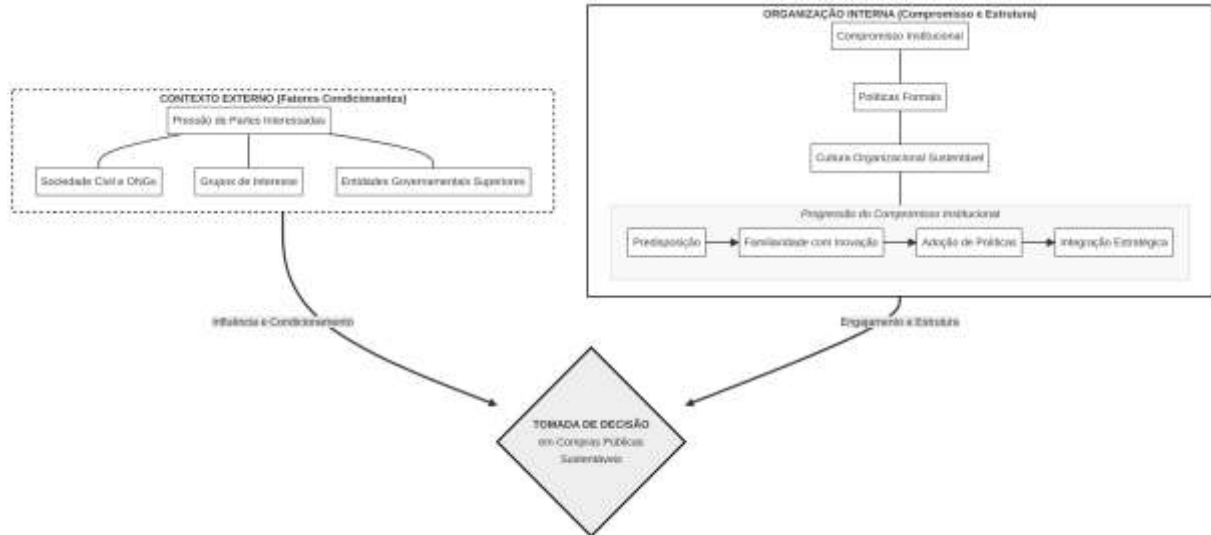
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

2.3 Tomada de Decisão em Compras Públicas Sustentáveis

A tomada de decisão nas compras públicas sustentáveis é influenciada por fatores internos, como compromisso institucional, políticas formais e cultura organizacional orientada à sustentabilidade, bem como por fatores externos relacionados ao contexto em que as organizações estão inseridas, conforme ilustrado na Figura 5. O avanço desse compromisso ocorre de forma progressiva, passando pela predisposição à sustentabilidade, familiaridade com práticas inovadoras, adoção de políticas e sua integração aos processos estratégicos, o que

impacta diretamente as escolhas nas aquisições públicas. No âmbito externo, pressões de partes interessadas — como sociedade civil, grupos de interesse, organizações não governamentais e instâncias governamentais superiores — atuam como condicionantes relevantes, especialmente nos estágios iniciais de institucionalização das compras públicas sustentáveis (Dimand; Neshkova, 2024).

Figura 5: Influências na tomada de decisão em compras públicas sustentáveis.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

Outro ponto destacado pela literatura é que a racionalidade das decisões em compras públicas sustentáveis depende não apenas do alinhamento entre políticas institucionais e exigências legais, mas também da capacidade de análise dos custos benefícios de longo prazo, integração de critérios ambientais e sociais, além da superação de barreiras técnicas e administrativas ao processo decisório. Para isso, a equipe técnica tem papel central na determinação dos critérios que nortearão todo o processo decisório e devem planejar a contratação considerando as especificações técnicas do objeto (Gonçalves et al., 2022).

A definição e a implementação de critérios ambientais nos processos decisórios de compras públicas exigem a construção de mecanismos objetivos de verificação, consultas a fornecedores e análise da viabilidade de atendimento com base na realidade do mercado. Sendo decisões técnicas e gerenciais tomadas a partir do equilíbrio entre demanda institucional, requisitos legais e limitações dos fornecedores (Gamboa-Castro; Salazar-Rojas, 2021).

Por fim, a literatura aponta que, à medida que as organizações avançam em termos de governança, capacitação e experiência, suas decisões tornam-se mais estruturadas, pautadas por evidências e orientadas para resultados de sustentabilidade, reduzindo gradativamente a dependência de influências externas e amparando-se em normativas e procedimentos internos consolidados (Dimand; Neshkova, 2024; Gonçalves et al., 2022).

3. METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão integrativa sobre compras públicas sustentáveis, conduzida conforme o modelo proposto por Fink (2010), que compreende sete etapas: definição do tema, seleção das bases de dados, escolha dos termos de busca, aplicação de diretrizes práticas, triagem metodológica, desenvolvimento da revisão e síntese dos resultados.

As bases de dados utilizadas foram a *Web of Science* e a *Scopus*, selecionadas por sua abrangência, rigor e relevância na indexação de periódicos de alto impacto. Essa escolha

possibilitou o acesso à literatura qualificada e interdisciplinar nas áreas de Administração Pública, sustentabilidade e políticas de compras públicas, assegurando uma seleção criteriosa dos estudos analisados.

O recorte temporal entre 2021 e 2025 justifica-se pela necessidade de captar produções científicas recentes, refletindo os avanços mais atuais do campo e a evolução das pesquisas diante das demandas da Agenda 2030 e do contexto pós-pandemia, período em que o debate sobre compras públicas e sustentabilidade ganhou maior destaque internacional (Holden et al., 2024; Gamboa-Castro; Salazar-Rojas, 2021).

Os descritores utilizados na seleção dos estudos foram “public procurement” and green, amplamente empregados na literatura internacional para identificar pesquisas relacionadas à dimensão ambiental e ao papel estratégico das compras públicas no desenvolvimento sustentável (Behravesht et al., 2022; Bucea-Manea-Tonis et al., 2021). O Quadro 1 apresenta a quantidade de artigos identificados em cada etapa da revisão da literatura.

Quadro 1: Quantidade de artigos por etapa.

Etapas	Web of Science	Scopus
	Palavra-chave: “Public Procurement” and Green	
Etapa 1: Pesquisa total de artigos nas bases de dados	488	418
Etapa 2: Seleção do período estabelecido.	281	249
Etapa 3: Eliminação de artigos repetidos.	341	
Etapa 4: Eliminação de artigos que não abordam o foco temático.	169	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

Ao final da triagem, foram selecionados 169 artigos que abordam diretamente o papel das compras públicas no desenvolvimento sustentável. A análise seguiu um roteiro sistemático de extração de dados, permitindo identificar as principais dimensões e abordagens da literatura recente (Quadro 2).

Quadro 2: Categorias de análise.

Categorias de Análise	Objetivo
Ano de Publicação	Mapear a evolução do debate e a concentração temporal dos estudos sobre o tema, especialmente após a publicação da Agenda 2030 da ONU.
Metodologia Utilizada	Identificar os principais métodos empregados nas produções científicas da área.
País dos autores	Compreensão das especificidades regionais e da distribuição geográfica da produção acadêmica sobre compras públicas sustentáveis.
Contexto em que o artigo foi escrito	Análise do contexto social, econômico e institucional em que cada pesquisa foi conduzida, com destaque para políticas, normas nacionais e particularidades locais, permitindo a interpretação crítica dos resultados.
Barreiras e desafios identificados na implementação das compras	Elencar dificuldades relatadas, como limitações normativas, falta de capacitação, restrições orçamentárias, resistência institucional e desafios de mercado.

públicas sustentáveis	
Critérios de sustentabilidade implantados	Análise dos critérios ambientais, econômicos e sociais considerados nos processos de compras públicas.
Principais resultados encontrados na pesquisa	Síntese dos achados de cada artigo, incluindo impactos de políticas, recomendações para aprimoramento institucional e contribuições para o avanço das compras públicas sustentáveis.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

Esse levantamento detalhado assegura não apenas a amplitude e profundidade da revisão realizada, mas também a possibilidade de comparar criticamente experiências internacionais, identificar tendências comuns e evidenciar lacunas a serem exploradas em pesquisas futuras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise bibliométrica dos resultados

A análise do período de publicação dos artigos permite compreender a evolução e o estágio atual das pesquisas sobre Compras Públicas Sustentáveis. A distribuição temporal evidencia tendências acadêmicas, momentos de maior interesse científico e o alinhamento da produção com agendas globais, como a Agenda 2030, refletindo respostas da academia às demandas institucionais e sociais por desenvolvimento sustentável.

A Tabela 1 apresenta a distribuição anual dos artigos selecionados entre 2021 e 2025, evidenciando o dinamismo da literatura recente. Observa-se relativa estabilidade nas publicações entre 2021 e 2023, enquanto 2024 registra o maior volume de estudos, com 42 artigos. Esse crescimento sugere o amadurecimento do debate sobre sustentabilidade e a intensificação das políticas e demandas institucionais relacionadas aos ODS.

Já em 2025, há uma redução para 21 artigos, esse decréscimo pode estar relacionado pelas coletas terem sido realizadas até Junho de 2025, podendo haver uma atualização desse número ao longo do ano. De modo geral, acredita-se que o interesse acadêmico pelo tema cresceu e se consolidou especialmente até 2024, refletindo a atualidade e relevância das CPS na agenda internacional. A variação em 2025 deve ser interpretada com cautela por ser um ano ainda não concluído em termos de disseminação acadêmica.

Tabela 1: Quantidade de publicações por ano – 2021/2025

Ano de Publicação	2021	2022	2023	2024	2025
Quantidade de Artigos	37	33	36	42	21

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

A análise dos países de origem dos autores permite compreender a distribuição geográfica da produção científica sobre compras públicas sustentáveis e identificar tendências conforme diferentes contextos nacionais e regionais. Essa abordagem evidencia como o debate se estrutura internacionalmente e as regiões com maior concentração de esforços acadêmicos.

Nos casos de múltiplas afiliações nacionais, os artigos foram classificados como “mais de um país” e enquadrados no continente Internacional, refletindo colaborações transnacionais. Para os demais, considerou-se o país de afiliação principal e o respectivo continente, possibilitando uma visão comparativa sobre o alcance e a diversidade das contribuições regionais.

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos artigos por continente de origem dos autores, evidenciando a concentração da produção científica na Europa, Ásia e América do Norte, além de estudos classificados como “Internacional”, resultantes de colaborações transnacionais. Destaca-se a Europa, que concentra cerca de 50% do total de artigos analisados, representando quase metade da produção científica selecionada.

Tabela 2: Quantidade de artigos por continente e países.

Continente	Quantidade	% de Publicações
África	5	2,96
América do Norte	12	7,10
América do Sul	5	2,95
Ásia	38	22,49
Europa	85	50,30
Oceania	2	1,19
Internacional	22	13,01

Países	Quantidade	% de Publicações no continente
China	24	63,1%
Itália	11	12,94%
Estados Unidos	10	83%
Suécia	7	8,23%
Espanha	6	7%

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

A predominância da produção europeia pode estar relacionada ao robusto arcabouço regulatório desenvolvido no continente nas últimas décadas. Destacam-se as diretivas da União Europeia que incentivam e, em alguns casos, obrigam a incorporação de critérios ambientais nos processos licitatórios. Instrumentos como as Diretivas 2004/18/EC e 2014/24/EU, bem como estratégias como o *Green Deal Europe*, têm impulsionado a implementação e a avaliação contígua das compras públicas verdes, criando um ambiente institucional favorável à pesquisa e à inovação nessa área (Rosell, 2023; Bucea-Manea-Tonis et al., 2021; Drake; Lundberg; Lundberg, 2024; Behraves et al., 2022).

Observa-se uma produção científica ainda incipiente no contexto sul-americano, com apenas cinco artigos publicados entre 2022 e 2025 – dois provenientes do Chile, dois do Brasil e um do Peru. A América do Sul figura entre os continentes com menor volume de pesquisas sobre o tema, apresentando desempenho semelhante ao da África e superando apenas a Oceania. Esse cenário evidencia a necessidade de intensificar o debate acadêmico e ampliar investigações sobre o assunto na região, divulgados em periódicos de alto impacto.

Quanto à localização dos autores, destaca-se a expressiva participação de pesquisadores vinculados a instituições chinesas. Entre os cinco países com maior número de estudos sobre Compras Públicas Sustentáveis, a China lidera as publicações no período analisado, seguida por Itália, Estados Unidos, Suécia e Espanha, sendo responsável por 63,1% da produção científica registrada no continente asiático, com intensificação significativa a partir de 2024.

Esse protagonismo pode estar associado ao arcabouço institucional estabelecido desde a promulgação da Lei de Compras Governamentais, em 2003, que passou a incorporar a proteção ambiental nas aquisições públicas, especialmente por meio da adoção de listas obrigatórias de produtos com rotulagem ambiental e de economia de energia, consolidadas entre 2004 e 2018 (Zou et al., 2025).

Além disso, em 2020, a China estabeleceu suas metas de “duplo carbono”, prevendo o pico das emissões até 2030 e a neutralidade de carbono até 2060, direcionando a transformação verde e o desenvolvimento de baixo carbono nas empresas chinesas. Em 2021, esse movimento foi reforçado por pareceres voltados ao aprofundamento da reforma do sistema de compensação de proteção ecológica, que instituíram mecanismos orientadores para compras governamentais verdes e fortaleceram os esforços de aquisição de produtos sustentáveis (Cheng; Wang; Zhao, 2024; Zou et al., 2025).

A análise dos 169 artigos indica a predominância de metodologias quantitativas para avaliar impactos e determinantes das compras públicas sustentáveis, além de revisões sistemáticas e bibliométricas voltadas ao mapeamento de agendas e tendências. De forma complementar, observam-se estudos qualitativos e abordagens inovadoras, como avaliação do ciclo de vida e métodos multicritério, evidenciando a diversificação metodológica e a maturidade do campo.

4.2 Evidências encontradas na literatura

Quanto aos contextos analisados, Rosell (2023) identificou que, durante a pandemia de Covid-19, os níveis de Compras Públicas Verdes caíram entre 5% e 6%, em função da priorização de demandas emergenciais pelos governos. A redução mostrou-se correlacionada à incidência da doença: quanto maior o número de casos, menor a probabilidade de adoção de critérios verdes nas licitações. O autor destaca, contudo, que esse efeito não foi homogêneo entre os países. Aqueles que já apresentavam níveis elevados de compras verdes antes da pandemia demonstraram maior resiliência, assim como países com burocracias mais estruturadas e maior capacidade institucional, que conseguiram sustentar seus padrões ambientais mesmo em contextos de crise.

No contexto europeu, a Diretiva 2014/24/UE estabeleceu a adoção de critérios ambientais nas licitações como predominantemente voluntária, concedendo aos Estados-membros autonomia para torná-la obrigatória ou facultativa. Evidências empíricas indicam que a transposição da diretiva para legislações nacionais com caráter obrigatório, como no caso da Espanha, favoreceu a adoção das Compras Públicas Verdes, especialmente em órgãos mais burocratizados. Em contraste, a natureza voluntária tem limitado a implementação das CPV em alguns Estados-membros, como na Eslováquia, onde a ausência de obrigatoriedade em níveis regional e local reduziu significativamente os incentivos para a aplicação de critérios ambientais (Rosell, 2023; Pouikli, 2020; Malatinec, 2021).

Evidências indicam que fatores institucionais e contextuais influenciam de forma distinta a adoção das Compras Públicas Verdes. Na Espanha, a proximidade do fim do ano fiscal tende a reduzir a aplicação de critérios ambientais, enquanto, na China, a implementação de listas obrigatórias e estímulos de mercado fortaleceu as CPV, gerando maior adoção e efeitos positivos em inovação verde e redução de emissões. Nos Estados Unidos, por sua vez, as CPV têm evoluído de um instrumento administrativo para uma ferramenta estratégica orientada por valores e impactos de longo prazo (Rosell, 2023; Cheng; Wang; Zhao, 2024; Dimand; Neshkova, 2024).

Embora as Compras Públicas Verdes tenham evoluído como ferramenta estratégica, esse processo não ocorre de forma linear nem isenta de desafios. A literatura indica que, mesmo em países com arcabouços normativos mais desenvolvidos e tradição institucional consolidada,

a adoção de práticas sustentáveis nas aquisições públicas ainda enfrenta barreiras relevantes, que vão desde limitações técnicas e orçamentárias até resistências culturais e lacunas normativas, comprometendo a efetividade das políticas e a consolidação das CPS como instrumento estruturante da sustentabilidade (Rosell, 2023; Malatinec, 2021; Dimand; Neshkova, 2024).

Diante disso, os principais entraves identificados nos estudos revisados são analisados a seguir, organizados em categorias temáticas que evidenciam a complexidade e a recorrência desses obstáculos em diferentes contextos (Tabela 3).

Tabela 3: Barreiras e desafios na implementação das CPS

Barreiras	Aspectos Observados
Institucionais e Normativas	Ausência de legislação clara ou obrigatória; Complexidade regulatória e burocracia; Foco excessivo no critério de menor preço.
Organizacionais e de Capacidade	Falta de conhecimento técnico e treinamento; Baixa motivação e engajamento da alta gestão; Capacidade administrativa limitada.
Mercado e Fornecedores	Oferta limitada de produtos verdes e fornecedores certificados; Custos percebidos como elevados; Limitação na maturidade e certificação do mercado.
Culturais, Informativos e Motivacionais	Resistência à mudança; Deficiências de comunicação e disseminação interna; Falta de pressão ou engajamento de <i>stakeholders</i> .

Barreira	Nº de artigos em que aparecem
Falta de conhecimento técnico/capacitação dos gestores públicos	79 artigos
Predomínio do critério de menor preço/foca em custos	72 artigos

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

A ausência de legislação clara e obrigatória constitui um dos principais entraves institucionais à implementação efetiva das Compras Públicas Sustentáveis. Em diferentes contextos, a voluntariedade na adoção de critérios ambientais limita o alcance dessas iniciativas, uma vez que os órgãos públicos não se veem legalmente compelidos a incorporá-los de forma sistemática nos editais. A experiência russa ilustra esse cenário, marcado pela falta de uma base legal robusta, pela predominância de critérios voluntários e genéricos e por incertezas jurídicas quanto à aplicação operacional das exigências ambientais. Nesse sentido, estudos indicam que regulamentações claras e efetivas são fundamentais para orientar e viabilizar práticas sustentáveis nas compras públicas (Cheng; Wang; Zhao, 2024; Rosell, 2023; Vinogradov; Kashin; Shadrina, 2022; Chersan et al., 2020).

A dimensão econômica destaca-se como um dos principais entraves à consolidação das contratações públicas sustentáveis, figurando como a segunda mais recorrente nos estudos analisados (Tabela 3). Em diversos países, os custos iniciais de soluções que incorporam critérios ambientais são percebidos como superiores aos das alternativas tradicionais, o que, associado à priorização do menor valor nominal pela administração pública, reforça decisões baseadas exclusivamente no critério do menor preço e limita a incorporação de diretrizes sustentáveis nos processos licitatórios (CEPAL, 2017; Varnäs; Balfors; Faith-Ell, 2009; Malatinec, 2021).

O conhecimento e o acesso à informação influenciam diretamente a eficácia das Compras Públicas Sustentáveis. Entre os principais obstáculos identificados estão a carência de capacitação sobre custos e benefícios ao longo do ciclo de vida dos produtos e as incertezas jurídicas quanto à adoção de critérios ambientais nos processos de aquisição. A literatura reconhece amplamente essas lacunas como barreiras relevantes à consolidação das CPS, sendo a insuficiência de conhecimento técnico e de formação dos agentes públicos apontada como mais crítica do que as próprias limitações orçamentárias (Orfanidou et al., 2024).

Diversos estudos destacam o papel estratégico da alta gestão como fator central para a promoção de mudanças organizacionais e para a adoção de práticas inovadoras nas contratações públicas sustentáveis. O comprometimento da alta administração é apontado como o principal impulsionador interno desses processos, ao conferir direcionamento estratégico, legitimidade institucional e suporte à incorporação de critérios ambientais nas decisões de aquisição (Al Nuaimi et al., 2021; Qazi; Appolloni, 2022; Blome; Hollos; Paulraj, 2014; Liu; Liu; Yang, 2020; Ye; Ma; Liu, 2021). Em contrapartida, a ausência desse apoio configura-se como um entrave relevante, capaz de comprometer a consolidação de práticas de compras sustentáveis em níveis mais avançados (Dou; Sarkis; Bai, 2014; Islam et al., 2017).

Outro entrave às CPS é a escassez de empresas aptas a atender aos critérios de sustentabilidade. Os autores Pourvaziri et al. (2024), destacam que no contexto da construção civil iraniana a indisponibilidade de produtos verdes no mercado local figura como a segunda barreira para adoção de compras verdes, dificultando tanto a oferta quanto a escolha de produtos que atendam aos critérios sustentáveis. No Brasil, observa-se que as empresas fornecedoras de bens e serviços são percebidas pelo setor público como insuficientemente aderentes aos critérios ambientais estabelecidos, o que tende a limitar a efetividade e a consolidação das políticas públicas voltadas à sustentabilidade (Lopes; Caldeira-Pires, 2023).

As limitações do mercado de fornecedores também são evidenciados no caso tailandês. Os fabricantes veem os custos da verificação e certificação como uma barreira, pois os consumidores não estão dispostos a pagar preços mais elevados por produtos com rótulo ecológico, além dos materiais de construção verde serem bastante limitados (Mungkung et al., 2021).

Os artigos analisados ainda trazem a resistência à mudança e a aversão ao risco como barreiras importantes na implementação de compras públicas sustentáveis (Kristensen; Mosgaard; Remmen, 2021; Qazi; Appolloni, 2022; Similä; Mwesiumo, 2024). Segundo os autores Kristensen, Mosgaard e Remmen (2021), apesar as políticas voltadas às CPS, as práticas são resistentes à mudança, pois as pessoas tendem a executar as mesmas tarefas da mesma forma todos os dias, e portanto, essas práticas são baseadas em hábitos, o que pode ser uma barreira à implementação de novas iniciativas.

No contexto brasileiro, o estudo de Lopes e Caldeira-Pires (2023) identificou que, entre os fatores-chave que explicam a relação entre a administração pública e a incorporação de critérios ambientais e de sustentabilidade nos processos de aquisição, o fator “Participação do Servidor” apresenta caráter predominantemente motivador. Quando comparado às barreiras associadas aos “Custos de Aquisição” e “Apoio Legal e Institucional” esse fator se destacou como o mais relevante para o êxito das políticas de compras públicas com foco ambiental.

Em relação aos critérios de sustentabilidade, os critérios ambientais mais adotados englobam eficiência energética, uso de materiais reciclados e recicláveis, gestão e valorização de resíduos, certificação ambiental, avaliação do ciclo de vida dos produtos, redução de emissões de carbono, preferência por fornecedores de baixo impacto ambiental, conformidade com legislações ambientais, alinhamento a políticas nacionais e internacionais de sustentabilidade e promoção de circularidade. Observa-se que esses critérios são recorrentes em diferentes contextos e setores, refletindo uma tendência de incorporação nas fases das licitações

(Gonçalves et al., 2022; Gamboa-Castro; Salazar-Rojas, 2021; Nicolas et al., 2025; Orset, 2024; Cheng; Wang; Zhao, 2024; Rosell, 2023).

Quanto aos critérios sociais, os mais recorrentes foram: inclusão de empresas locais, pequenas e médias, fornecedores pertencentes a minorias e grupos vulneráveis, bem como a geração de emprego local e promoção de equidade no emprego (Behravesht et al., 2022; Ratshi et al., 2021; Raj et al., 2020). Adicionalmente, há destaque para exigências de melhorias das condições de trabalho e respeito aos direitos trabalhistas, inserção de cláusulas sociais reservando oportunidades para pessoas em situação de vulnerabilidade e ações de capacitação e educação (Yang; Morotomi, 2025; Holden et al., 2024). Observa-se, ainda, a valorização da participação da comunidade e do engajamento dos *stakeholders*, bem como da preferência por cadeias curtas de suprimentos, evidenciando o esforço para assegurar oportunidades, inclusão e equidade social por meio dos processos licitatórios (Dimand; Neshkova, 2024; Behravesht et al., 2022).

Em relação aos critérios econômicos os mais utilizados abrangem a incorporação da análise do custo do ciclo de vida, a busca por eficiência no uso de recursos e a redução dos custos operacionais, aliados à preferência por fornecedores locais, pequenas e médias empresas, como forma de impulsionar o desenvolvimento econômico regional (Rosell, 2023; Gonçalves et al., 2022; Gamboa-Castro; Salazar-Rojas, 2021). Verifica-se ainda referências à valorização da inovação e competitividade por meio de estímulos a produtos e processos sustentáveis, além de acesso facilitado a fontes de financiamento nacionais e internacionais, que viabilizam a adoção de soluções ambientalmente responsáveis (Cheng; Wang; Zhao, 2024; Nicolas et al., 2025; Rosell, 2023). Por fim, destaca-se a adoção do critério de proposta mais vantajosa, que supera o enfoque no menor preço ao permitir análise integrada de qualidade, aspectos ambientais, sociais e econômicos nos processos de compras públicas (Orset, 2024; Rosell, 2023; Cheng; Wang; Zhao, 2024).

Com relação aos principais resultados encontrados, verifica-se que a adoção de critérios de sustentabilidade nas compras públicas continua restrita, especialmente no Brasil, onde somente 19% das licitações rodoviárias federais contemplam critérios ambientais centrais ou abrangentes, resultado inferior ao de países europeus (Gonçalves et al., 2022).

Em outros países latino-americanos, verifica-se maior aderência a critérios ambientais em categoria como certificações consolidadas, como mobiliário e papel para impressão, com taxas de 54% e 53%, respectivamente. Contudo, persistem obstáculos em setores como vestuário e alimentação, devido ao desconhecimento de critérios ambientais e à imaturidade do mercado, evidenciando a necessidade de melhor capacitação de compradores e fornecedores públicos (Gamboa-Castro; Salazar-Rojas, 2021).

No cenário internacional, as compras públicas verdes figuram como instrumento estratégico para a indução à inovação sustentável, redução de emissões e fortalecimento da reputação corporativa, ainda que seu potencial seja restringido por lacunas institucionais, pelo critério predominante de menor preço e pela complexidade dos processos (Yang; Morotomi, 2025). Mesmo onde implementadas, políticas de compras sustentáveis tendem a priorizar o aspecto ambiental, havendo pouco avanço na integração de critérios sociais e econômicos (Zheng; Wen, 2024).

Destaca-se, que a implementação efetiva de políticas de compras sustentáveis está associada ao aumento da inovação verde, à melhoria do desenvolvimento ambiental corporativo e ao impacto positivo dos indicadores ESG (conjunto de critérios para avaliação da sustentabilidade empresarial), efeitos mais evidentes em empresas de médio porte, não estatais e localizadas em regiões com maior rigor regulatórios (Cheng; Wang; Zhao, 2024; Wang et al., 2024; Zheng; Wen, 2024).

Além disso, observa-se que, em contextos europeus e asiáticos, políticas de compras públicas sustentáveis bem estruturadas correlacionam-se com avanços na economia circular,

diversidade energética, valorização de fornecedores locais e promoção do trabalho justo, embora persistam desafios quanto ao aprimoramento regulatório, capacitação, eficiência, monitoramento e inclusão de pequenas empresas (Wang et al., 2024, Cheng; Wang; Zhao, 2024, Zheng; Wen, 2024, Gonçalves et al., 2022).

Com base na análise integrativa dos estudos selecionados, a Figura 6 apresenta uma síntese esquemática dos principais avanços, desafios e resultados sistêmicos associados à implementação das Compras Públicas Sustentáveis, evidenciando seu potencial como instrumento estratégico para a promoção do desenvolvimento sustentável e alinhamento à Agenda 2030.

Figura 6: Síntese integrativa dos principais resultados da revisão sobre Compras Públicas Sustentáveis.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

A síntese apresentada evidencia que, embora as compras públicas possuam elevado potencial transformador, sua efetividade permanece condicionada à superação de entraves institucionais, organizacionais e de mercado, reforçando a necessidade de políticas públicas mais estruturadas e integradas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou como as compras públicas podem contribuir para a sustentabilidade econômica, social e ambiental. A partir da revisão de 169 artigos publicados entre 2021 e 2025, a literatura evidencia avanços e potencialidades das Compras Públicas Sustentáveis, bem como barreiras que ainda limitam sua implementação em diferentes contextos. Os resultados indicam impactos positivos nas três dimensões da sustentabilidade, associados à inovação verde, inclusão social e fortalecimento de cadeias produtivas, mas também entraves recorrentes, como a ausência de legislações obrigatórias, a priorização do menor preço, a carência de conhecimento técnico e as limitações do mercado fornecedor.

Como limitação, o estudo concentrou-se em publicações indexadas na *Web of Science* e *Scopus*, o que pode ter excluído contribuições relevantes de outras bases. Além disso, por se tratar de uma revisão da literatura, a pesquisa se restringe à análise secundária de dados, não contemplando investigação empírica primária sobre a adoção das CPS.

Como agenda para pesquisas futuras, recomenda-se o avanço na mensuração dos impactos das Compras Públicas Sustentáveis, por meio do desenvolvimento de metodologias e indicadores capazes de avaliar, de forma integrada, seus resultados nas dimensões ambiental, social e econômica. Estudos comparativos entre países e investigações empíricas que apliquem



ISSN 1984-6606

ferramentas de monitoramento contínuo e avaliação do ciclo de vida também se mostram promissores para subsidiar gestores e formuladores de políticas.

Nesse sentido, a presente pesquisa contribui para o debate acadêmico e prático ao reforçar a relevância estratégica das CPS e a necessidade de ações coordenadas para ampliar sua adoção e consolidar seu papel no alcance das metas da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

- ALNUAIMI, B. K.; SINGH, S. K.; HARNEY, B. Unpacking the role of innovation capability: exploring the impact of leadership style on green procurement via a natural resource-based perspective. **Journal of Business Research**, [s.l.], v. 134, p. 78-88, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.05.026>.
- BEHRAVESH, Shirley-Ann; DARNALL, Nicole; BRETSCHEIDER, Stuart. A framework for understanding sustainable public purchasing. **Journal of Cleaner Production**, v. 376, e134122, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.134122>. Acesso em: 29 maio 2025.
- BLOME, C.; HOLLOS, D.; PAULRAJ, A. Green procurement and green supplier development: antecedents and effects on supplier performance. **International Journal of Production Research**, v. 52, n. 1, p. 32-49, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/00207543.2013.825748>.
- BUCEA-MANEA-TONIS, Rocsana; DOURADO MARTINS, Oliva Maria; ILIC, Dragan; BELOUS, Mădălina; BUCEA-MANEA-TONIS, Radu; BRAICU, Cezar; SIMION, Violeta-Elena. Green and sustainable public procurement—an instrument for nudging consumer behavior: a case study on Romanian green public agriculture across different sectors of activity. **Sustainability**, v. 13, n. 12, p. 1-25, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13010012>.
- CHENG, L.; WANG, X.; ZHAO, M. Public procurement and green innovation in Chinese enterprises: insights from econometric models and cross-case studies. **Asian Journal of Technology Innovation**, v. 32, n. 3, p. 572-603, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/19761597.2024.2302146>.
- CHENG, W.; APPOLLONI, A.; D'AMATO, A.; ZHU, Q. Green Public procurement, missing concepts and future trends - A critical review. *Journal of Cleaner Production*, 176, 770-784, 2018. doi: 10.1016/j.jclepro.2017.12.027
- CHERSAN, I. C.; DUMITRU, V. F.; GORGAN, C.; GORGAN, V. Green public procurement in the academic literature. **Amfiteatru Economic**, v. 22, p. 83-102, 2020. DOI: <https://doi.org/10.24818/EA/2019/53/82>.
- ČIEGIS, R.; GINEITIENĖ, D. Participatory aspects of strategic sustainable development planning in local communities: experience of Lithuania. **Technological and Economic Development of Economy**, v. 14, n. 2, p. 107-117, 2008. DOI: <https://doi.org/10.3846/1392-8619.2008.14.107-117>.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Compras públicas sustentáveis: diagnóstico, análise comparada e recomendações para o aperfeiçoamento do modelo brasileiro**. 2017. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41009/1/S1601328_pt.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.
- COSTA, Caio César de Medeiros; TERRA, Antônio Carlos Paim. **Compras públicas: para além da economicidade**. Brasília, DF: Enap, 2019.
- DELMONICO, D.; JABBOUR, C. J. C.; PEREIRA, S. C. F.; JABBOUR, A. B. L. S.; RENWICK, D. W. S.; THOMÉ, A. M. T. Unveiling barriers to sustainable public procurement

in emerging economies: evidence from a leading sustainable supply chain initiative in Latin America. *Resources, Conservation & Recycling*, 134, 70-79, 2018. doi: 10.1016/j.resconrec.2018.02.033

DIMAND, A.-M.; NESHKOVA, M. I. Buying green in U.S. local government: internal commitment and responsiveness to external pressures. *Public Administration*, v. 102, n. 2, p. 644-667, 2024.

DOS SANTOS, André Luiz Trajano; REIS, Augusto da Cunha. Public procurement from the triple bottom line lens: the identification of sustainability criteria from the international literature review. *Environment, Development and Sustainability*, v. 27, p. 9805-9840, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10668-023-04343-1>. Acesso em: 14 jul. 2025.

DOU, Y.; SARKIS, J.; BAI, C. Government green procurement: a fuzzy-DEMATEL analysis of barriers. In: ÖZTAYŞI, B.; KAHRAMAN, C. (ed.). *Supply chain management under fuzziness*. Berlin; Heidelberg: Springer, 2014. p. 567-589.

DRAKE, Samielle; LUNDBERG, Johan; LUNDBERG, Sofia. Market response to environmental policy via public procurement: an empirical analysis of bids and prices. *Journal of Environmental Management*, v. 365, e121547, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2024.121547>. Acesso em: 21 jul. 2025.

GAMBOA-CASTRO, J. J.; SALAZAR-ROJAS, T. Methodology for the inclusion of environmental criteria in public procurement: case study Instituto Tecnológico de Costa Rica. *Tecnología en Marcha*, v. 34, n. 2, p. 61-62, 2021.

GONÇALVES, G. G.; NAGALLI, A.; FERNANDES, V.; MELLO, C. Modelo conceitual de critérios ambientais para contratação pública de obras rodoviárias federais. *Revista de Administração Pública*, v. 56, n. 6, p. 843-856, 2022.

HILDEBRANDT, J.; BRENDE, B.; SICARS, S. **Green public procurement: catalysing the net zero economy**. In: WORLD ECONOMIC FORUM. Green public procurement: catalysing the net zero economy. 2022. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_Green_Public_Procurement_2022.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

HOLDEN, E.; LINNERUD, K.; BE, V. Sustainable development: notions, numbers, and narratives. *Sustainable Development*, v. 32, n. 2, p. 2812-2822, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1002/sd.3261>.

ISLAM, M. M.; MURAD, M. W.; McMURRAY, A. J.; ABALALA, T. S. Aspects of sustainable procurement practices by public and private organisations in Saudi Arabia: an empirical study. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, v. 24, n. 4, p. 289-303, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/13504509.2016.1209794>.

KOWALSKA, A.; BIENIEK, M. Meeting the European green deal objective of expanding organic farming. *Equilibrium. Quarterly Journal of Economics and Economic Policy*, v. 17, n. 3, p. 607-633, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24136/eq.2022.021>.

KUBÁK, M.; NEMEC, P.; ŠTEFKO, R.. Better environmental value using public procurement: evidence from Visegrad Group countries. *Finance a úvěr – Czech Journal of Economics and Finance*, v. 72, n. 4, p. 296-327, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.32065/CJEF.2022.04.01>. Acesso em: 2 jul. 2025.

KRISTENSEN, H. S.; MOSGAARD, M. A.; REMMEN, A. Circular public procurement practices in Danish municipalities. **Journal of Cleaner Production**, v. 281, e124962, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124962>.

LIU, J.; LIU, Y.; YANG, L. Uncovering the influence mechanism between top management support and green procurement: the effect of green training. **Journal of Cleaner Production**, v. 251, e119674, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.119674>.

LOPES, J. A.; CALDEIRA-PIRES, A. A. Environmental and sustainability aspects in public procurements: perceptions of the Brazilian public sector. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 62, p. 1218-1240, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v62i0.85495>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MALATINEC, T. Local barriers in the efficient use of green public procurement: case of Slovakia. **Juridical Tribune**, v. 11, n. 3, p. 525-533, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24818/TBJ/2021/11/3.07>.

MUNGKUNG, R.; SORAKON, K.; SITTHIKITPANYA, S.; GHEEWALA, S. H. Analysis of green product procurement and ecolabels towards sustainable consumption and production in Thailand. **Sustainable Production and Consumption**, v. 28, p. 11-20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.spc.2021.03.024>.

NICOLAS, C.; TITL, V.; SCHOTANUS, M. European funds and green public procurement. **Ecological Economics**, v. 227, e108400, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2023.108400>.

ORFANIDOU, V. S. et al. Critical factors for green public procurement: the case of Greece. **Logistics**, v. 8, n. 4, e127, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/logistics8040127>. Acesso em: 14 jul. 2025.

ORSET, H. Green public procurement of clothing: evidence from Swiss tendering during a major legal change. **Journal of Cleaner Production**, v. 449, e141685, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2024.141685>.

ORTEGA CARRASCO, P.; IANNONE, F.; FERRÓN VÍLCHEZ, V.; TESTA, F.. Green public procurement as an effective way for sustainable development: a systematic literature review and bibliometric analysis. **Sustainable Development**, v. 33, n. 2, p. 2364-2391, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1002/sd.3234>.

POUIKLI, K. **Towards mandatory green public procurement (GPP) requirements under the EU Green Deal: reconsidering the role of public procurement as an environmental policy tool**. ERA Forum, p. 699-721, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12027-020-00635-5>.

POURVAZIRI, M.; MAHMOUDKELAYEH, S.; KAMRANFAR, S.; FATHOLLAHI-FARD, A. M.; GHEIBI, M.; KUMAR, A. Barreiras à aquisição verde na indústria da construção iraniana: uma abordagem de modelagem estrutural interpretativa. **International Journal of Environmental Science and Technology**, v. 21, p. 3599-3616, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13762-023-05346-1>.

QAZI, A. A.; APPOLLONI, A. A systematic review on barriers and enablers toward circular procurement management. **Sustainable Production and Consumption**, v. 33, p. 343-359, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.spc.2022.07.013>.

RIBEIRO, C. G.; INÁCIO JÚNIOR, E. **O mercado de compras governamentais brasileiro (2006-2017): mensuração e análise.** Texto para Discussão, n. 2476, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, maio 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: 11 nov. 2024.

RAJ, A.; AGARWAL, N.; GANDHI, S. Examining green public procurement using content analysis: existing difficulties for procurers and useful recommendations. **Environment, Development and Sustainability**, v. 22, n. 2, p. 111-129, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10668-015-9634-1>.

RATSHI, L.; JAMES, P.; MPOFU, B. Can public procurement requirements for railway transport promote economic and social sustainability in South Africa? **Resources, Conservation & Recycling**, v. 170, e106020, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2021.106020>.

ROSELL, J. Did governments neglect the environment during the COVID-19 pandemic? An empirical analysis of green public procurement. **Economic Analysis and Policy**, v. 80, p. 835-849, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eap.2023.09.027>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ROSELL, Jordi. Green public procurement in Spain. **Hacienda Pública Española / Review of Public Economics**, n. 245, p. 95-117, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7866/HPE-RPE.23.2.4>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SIMILÄ, J. O.; MWESIUMO, D. Implementing public procurement of green innovations: does structural alignment matter? **Journal of Cleaner Production**, v. 461, e142562, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2024.142562>.

SANDBERG, M.; KLOCKARS, K.; WILÉN, K. Green growth or degrowth? assessing the normative justifications for environmental sustainability and economic growth through critical social theory. **Journal of Cleaner Production**, v. 206, p. 133-141, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.09.175>.

STEFFEN, W. et al. Planetary boundaries: guiding human development on a changing planet. **Science**, v. 347, n. 6223, e1259855, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.1259855>.

VARNÄS, A.; BALFORS, B.; FAITH-ELL, C. Environmental consideration in procurement of construction contracts: current practice, problems and opportunities in green procurement in the Swedish construction industry. **Journal of Cleaner Production**, v. 17, n. 13, p. 1214-1222, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2009.04.001>.

VINOGRADOV, D.; KASHIN, D.; SHADRINA, E. Institutional factors affect sustainability of public procurement of construction works in Russia. **Journal of the New Economic Association**, v. 56, n. 4, p. 141-170, 2022.

WANG, Q.; WANG, Y.; LI, S. Government green procurement and corporate ESG performance. **Journal of Cleaner Production**, v. 478, p. 1-16, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2024.143945>.

YANG, Y.; MOROTOMI, T. When can green public procurement really stimulate eco-innovation? considering the role of intellectual capital. **Journal of Cleaner Production**, v. 492, e144841, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2025.144841>.

YE, M.; MA, Y.; LIU, J. Why do public sectors perform high-level green public procurement practice? a new insight with fsQCA approach. **Journal of Environmental Planning and**



ISSN 1984-6606

Management, v. 65, n. 14, p. 2719-2747, 2022. DOI:
<https://doi.org/10.1080/09640568.2021.1978060>.

ZHENG, S.; WEN, J. Green public procurement and corporate environmental performance: an empirical analysis based on data from green procurement contracts. **International Review of Economics & Finance**, v. 96, parte A, e103578, 2024. DOI:
<https://doi.org/10.1016/j.iref.2024.103578>.

ZOU, G.; ZHANG, S.; GAN, X.; CHENG, H. How government green procurement incentivises corporate green innovation? evidence from China. **Economic Analysis and Policy**, v. 86, p. 1605-1626, 2025.